



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 99/X/4.^a

Aos dezasseis dias do mês de Junho do ano dois mil e nove reuniu, pelas quinze horas, na sala quatro, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 98;
2. Admissibilidade da **Petição n.º 581/X/4.^a** - "Solicitam que a Assembleia da República promova o debate necessário sobre os vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores da Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC)" e nomeação de Deputado Relator (PSD);
3. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 436/X (CDS-PP)** - *Alteração ao Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril* - Deputado autor do parecer: Miguel Laranjeiro (PS);
4. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 744/X/ (CDS-PP)** - *Primeira alteração à Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, de modo a criar uma cláusula de salvaguarda para a actualização anual das pensões* - Deputada autora do parecer: Maria Lurdes Ruivo (PS);
5. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 767/X (BE)** - *Dignifica a atribuição das pensões e de outras prestações sociais* e ao **Projecto de Lei n.º 772/X (PCP)** - *Altera o indexante dos apoios sociais e define novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de Segurança Social* - Deputada autora do parecer: Isabel Coutinho (PS);
6. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 728/X/ (PCP)** - *Cria o seguro obrigatório por morte ou incapacidade dos motoristas de transportes rodoviários de passageiros* - Deputada autora do parecer: Mariana Aiveca (BE);
7. Nomeação de Deputado autor de parecer para a seguinte iniciativa:
 - **Proposta de Lei n.º 297/X (ALRAM)** - Suspensão da aplicação, até 31 de Dezembro de 2010, nas empresas que apresentem no último exercício fiscal resultado líquido positivo superior a um milhão de euros, do disposto no artigo 340.º, alíneas d) e e) e nos artigos 359.º a 372.º do Código do trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro (PS);



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

8. Calendarização de audições a realizar no âmbito da apreciação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 270/X (GOV)** - Aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social;
9. Discussão e votação na especialidade do Texto Final do **Projecto de Lei n.º 372/X (PSD)** - Cria o regime especial de protecção de crianças e jovens com doença oncológica;
10. Discussão e votação na especialidade do Texto Final do **Projecto de Lei n.º 637/X (PS)** - Aprova o Estatuto do Profissional de Enologia.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), iniciou a reunião dando a palavra ao Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD), que solicitou a antecipação do ponto nove da Ordem de Trabalhos, dado que o Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) se teria de ausentar da reunião para participar na audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior na Comissão de Educação e Ciência, que decorria em simultâneo com a presente reunião.

Não havendo nada a opor por nenhum dos Senhores Deputados presentes, o Senhor Presidente da Comissão passou de imediato ao ponto nove da Ordem de Trabalhos, dando início, nos termos regimentais, à discussão e votação na especialidade do Projecto de Lei n.º 372/X (PSD), que cria o regime especial de protecção de crianças e jovens com doença oncológica, a qual foi integralmente gravada em suporte áudio, tendo ficado posteriormente acessível na Internet na página da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede. Esta iniciativa legislativa foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, e elaborado o respectivo relatório de votação¹.

De seguida, o Senhor Presidente da Comissão retomou a Ordem de Trabalhos, submetendo à votação a Acta número noventa e oito, que foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No ponto dois da Ordem de Trabalhos foi admitida, nos termos propostos na Nota de Admissibilidade, a Petição n.º 568/X/4.^a ("Solicitam que a Assembleia da República promova o debate necessário sobre os vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores da Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o

¹ Em anexo à presente acta encontra-se a Declaração de Voto do Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD), que por não ter sido entregue atempadamente não fez parte do referido Relatório de Votação.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Consumo (DGAIEC)”). O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Relator, o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD).

No terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Miguel Laranjeiro (PS) apresentou de forma sucinta o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 436/X (CDS-PP) – Alteração ao Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril, concluindo que *“atendendo a que o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril, sob o qual incide a iniciativa do CDS-PP, foi entretanto revogado pelo Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril (...) o objecto da presente iniciativa legislativa é de impossível concretização e encontra-se, por isso, esgotado pelo que a mesma não reúne os requisitos para subir a plenário”*. De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No ponto quatro da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria Lurdes Ruivo (PS) apresentou de forma sucinta o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 744/X (CDS-PP) – Primeira alteração à Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, de modo a criar uma cláusula de salvaguarda para a actualização anual das pensões. De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Isabel Coutinho (PS) apresentou o Parecer conjunto relativo ao Projecto de Lei n.º 767/X (BE), que dignifica a atribuição das pensões e de outras prestações sociais e ao Projecto de Lei n.º 772/X (PCP), que altera o indexante dos apoios sociais e define novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de Segurança Social. De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No sexto ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) apresentou o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 728/X (PCP), que cria o seguro obrigatório por morte ou incapacidade dos motoristas de transportes rodoviários de passageiros. De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Comissão deu conta da deliberação da Conferência de Presidentes, no sentido de que, à semelhança do que sucede com a elaboração de Notas Técnicas no final da legislatura, que apenas são desencadeadas a partir do agendamento das iniciativas legislativas a que respeitam, também os pareceres das comissões devem estar sujeitos a idêntico critério, isto é, a sua elaboração passa a estar dependente do agendamento para Plenário. Após referir esta deliberação, o Senhor Presidente da Comissão referiu que baixou à 11ª Comissão a Proposta de Lei n.º 297/X (ALRAM), que cabe ao Grupo Parlamentar do PS, mas atendendo à deliberação da Conferência de Presidentes, por não se encontrar agendada, não será designado Deputado autor de Parecer.

Em relação ao oitavo ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Comissão expôs sucintamente as audições que, no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 270/X, tinham sido referidas (FERVE, Mutualidades, CNIS, União das Misericórdias, ConfeCoop, CNA e Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca) e colocou à consideração dos Senhores Deputados presentes se desejavam convocar mais entidades e se concordavam com a listagem apresentada.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) considerou importante ouvir todas as entidades referidas não tendo nenhuma a acrescentar. No mesmo sentido, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou a palavra para referir que estas entidades foram sugeridas por representarem sectores directamente visados com o Código Contributivo.

O Senhor Presidente da Comissão referiu então, que iria tentar agendar estas audições para a próxima semana.

De seguida, o Senhor Presidente da Comissão passou ao ponto dez da Ordem de Trabalhos, dando início, nos termos regimentais, à discussão e votação na especialidade do Projecto de Lei n.º 637/X (PS), que aprova o Estatuto do Profissional de Enologia, a qual foi integralmente gravada em suporte áudio, tendo ficado posteriormente acessível na Internet na página da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

sede. Esta iniciativa legislativa foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, e elaborado o respectivo relatório de votação.

Antes de concluir a reunião, a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) solicitou a palavra para questionar sobre o agendamento da discussão e votação na especialidade dos dois projectos de lei do Bloco de Esquerda relativos à protecção social das pessoas que sofrem de doença de Alzheimer e Parkinson. Começou por aludir ao Grupo de trabalho constituído em 14 de Abril de 2009 e que desde essa data até ao momento pouco ou nada havia sido feito. Acrescentou que a Coordenadora do Grupo de Trabalho, Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS), demonstrou alguma abertura no acolhimento destas iniciativas legislativas, mas essa atitude ainda não teve quaisquer reflexos. Aproveitou ainda para mencionar que as iniciativas em causa foram aprovadas em plenário por unanimidade. Referiu ainda que no Grupo de Trabalho, a Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS) se comprometeu a entregar um texto de substituição, eventualmente mais abrangente, mas tem sucessivamente adiado essa entrega alegando falta de condições para a sua elaboração. Aliás, foram já feitas diversas calendarizações, sendo que a última remetia para a data da presente reunião a entrega pelo PS do referido texto. Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do BE considera inconcebíveis os atrasos deste processo, bem como os seus sucessivos adiamentos, sem que para tal exista uma explicação. Assim, solicita ao Senhor Presidente da Comissão que se proceda ao agendamento para apreciação na especialidade das duas iniciativas.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que o PS assumiu o compromisso de levar estas iniciativas a bom porto e tenciona cumprir. De facto o Grupo Parlamentar do PS encontra-se a trabalhar num texto mais abrangente e que por isso necessita de ser negociado, o que leva algum tempo.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) referiu que o Grupo Parlamentar do PCP encontra-se pronto para discutir e votar na especialidade as iniciativas do BE.

A Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS) referiu que, desde o início, o PS está comprometido com estes diplomas e que a ideia é englobar outras doenças para lá do Alzheimer e do Parkinson, ao mesmo tempo, que se pretende a criação de uma Comissão que possa avaliar com regularidade da eventual necessidade de alargar o regime a outras



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

doenças com características semelhantes. De qualquer forma, é intenção do PS apresentar o referido texto brevemente.

O Senhor Presidente da Comissão solicitou então que o trabalho pudesse ser desenrolado com a maior brevidade possível no sentido de se agendar a discussão e votação na especialidade a breve trecho.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) pediu novamente a palavra para referir que os projectos apresentados pelo BE resultam de um trabalho intenso junto das associações respectivas e após consultas com especialistas no terreno. De qualquer forma, o BE considera positiva a criação da referida comissão que possa adequar a legislação à evolução da ciência, no entanto, o problema não passa pelas sugestões do PS que são boas, mas sim pelo calendário, dado que sistematicamente têm sido incumpridas as datas estabelecidas pelo próprio PS. A este propósito recordou que o último compromisso assumido pelo PS implicava a aprovação final do texto até fim de Junho. No entender do BE, seria importante que a Comissão determinasse um calendário para a referida apreciação, até porque existem diversos exemplos de diplomas que são discutidos na especialidade pouco tempo depois da sua aprovação na generalidade em plenário.

O Senhor Presidente da Comissão apelou então ao PS e, em especial, à Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires, para que tivessem em conta as palavras da Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) e que, tanto quanto possível, a discussão e votação na especialidade pudesse ocorrer brevemente.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às dezasseis horas e quinze minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de Junho de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Arons de Carvalho
Esmeralda Salero Ramires
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Machado
Maria Cidália Faustino
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Quartin Graça
Fernando Antunes
Maria de Lurdes Ruivo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Custódia Fernandes
Jorge Strecht

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Arménio Santos
Costa Amorim
Helena Oliveira
Pedro Mota Soares



Partido Social Democrata

DECLARAÇÃO DE VOTO

O PSD congratula-se pela aprovação em votação de especialidade nesta Comissão e por unanimidade do Projecto-Lei nº 372/X, que trata da protecção de crianças e jovens com doença oncológica.

Efectivamente esta iniciativa legislativa Social-democrata foi discutida no Plenário da Assembleia da República e também aprovada por unanimidade em 30/05/2007.

É caso para dizer “mal vale mais tarde do que nunca” mas lamentamos a morosidade que este processo teve, por constantes adiamentos e indefinições do Partido Socialista, que levou a que uma Lei que devia estar em vigor, só o vá estar em Janeiro de 2010.

Esperamos agora que, pelo menos, o Governo cumpra a Lei que agora vai ser aprovada, regulamentando-a no prazo de sessenta dias após a sua publicação.

O PSD congratula-se com o consenso agora conseguido, que não sendo o ideal em relação ao mundo de problemas que atinge dramaticamente estas crianças e jovens e suas famílias constitui seguramente um passo em frente.

Assembleia da República, 19 de Junho de 2009

Fernando Antunes